

# ESCRITA E REINVENÇÃO DE SI: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA DISCURSIVA FEMINISTA

Jessica Antunes Ferrara (Doutoranda em Estudos Literários pela UFJF)

## RESUMO

Objetiva-se neste artigo destacar a escrita de si feminina enquanto prática discursiva feminista, partindo do pressuposto de que o trabalho de articulação da linguagem, discurso e memória subjetiva é uma forma de ressignificação do indivíduo perante a si mesmo e a sociedade. Procura-se identificar na função do exercício autobiográfico a atividade do pensamento com vistas à criação de uma nova subjetividade, desta vez múltipla, menos estática e transgressora do que aquela imposta pela ordem vigente. Logo, pretende-se aqui elaborar uma discussão crítica acerca da (re)descoberta de subjetividades femininas a partir da escritura de si, atentando aos mecanismos de silenciamento do feminino na memória histórica, bem como na construção do cânone literário. Procura-se demonstrar, portanto, a importância do discurso feminino autobiográfico como uma efetiva ferramenta política feminista.

**Palavras-chave:** Escrita de si; prática discursiva feminista; subjetividades femininas; memória subjetiva.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate the feminine self-writing as the feminist discursive practice. To achieve this goal, the present study assumes that the work of articulation between language, discourse and subjective memory is a way of individual's resignification. We sought to identify the creation of a new subjectivity in the function of the autobiographical exercise. This new subjectivity is multiple, less static and diverse than the subjectivity imposed by normativity. Throughout, this article will be elaborated a critical discussion about the (re) discovery of feminine subjectivities from the self-writing. It will also be discussed the mechanisms of female silencing in the historical memory and the mechanisms of female silencing in the construction of the literary canon. Finally, we will try to demonstrate the importance of female autobiographical discourse as an effective feminist political tool.

**Keywords:** Self-Writing; feminist discursive practice; feminine subjectivities; subjective memory.

## INTRODUÇÃO: UM SABER FEMINISTA

A crítica feminista contemporânea aponta para a necessidade de investigação das produções discursivas de mulheres que procuraram, de uma forma ou de outra, declarar sua inadequação ao estereótipo cultural e histórico de identidade feminina. Recorrer a estes discursos é uma forma de reinscrever as mulheres na história da humanidade como agentes de suas próprias vidas, reivindicando suas múltiplas subjetividades a partir da narrativa de variadas experiências. O presente trabalho tenciona apresentar como as mulheres, através da construção discursiva, puderam e podem reinventar suas relações consigo mesmas e com os outros, a fim de criarem novas subjetividades e novas formas de experiência feminina no mundo.

De acordo com a pesquisadora Margareth Rago (2013, p. 24-25), os feminismos fomentaram diferentes formas de organização espacial, de ação cotidiana, de maneiras de pensar e de se representar. O relacionamento entre o sujeito e o si próprio ou o sujeito e os demais, foi modificado substancialmente com o avanço das perspectivas feministas. Além disso, tais perspectivas pretendem desconstruir a cisão entre as esferas pública e privada, dicotomia base da manutenção das relações de poder entre os gêneros.

Dentro dessa análise, Flávia Biroli (2004, p. 32) destaca que no contexto moderno, o conceito de esfera pública confundiu-se com a ideia de universalidade, isto é, conjunto de princípios considerados comuns à toda humanidade, como a razão e a impessoalidade. Entretanto, Judith Butler evidencia que o conceito de universalidade é uma forma violenta de se pretender coletivo; ele exclui os direitos individuais e não possui base alguma na realidade substancial das relações humanas (BUTLER, 2005, p. 5). Daí, torna-se necessário destacar que todos esses princípios universais foram historicamente associados ao conceito de masculinidade, fato que aponta a forma esquizofrênica de organização das definições sociais que não consideram parte da humanidade – a saber, as mulheres – circunscrita na própria concepção de humanidade. Respeitando essa lógica, os domínios da esfera privada correspondem às relações pessoais e íntimas, intrinsecamente de domínio feminino, o que anula a possibilidade de o sujeito masculino ser dotado de intimidade, ou que atesta ser a intimidade um valor inferior na sociedade (BIROLI, 2004, p. 32). A mulher, então, ao

estar restringida a uma esfera considerada inferior, é conseqüentemente vista como um ser menor, possuindo o papel de domesticidade como característica supostamente natural e distintiva.

Desde a Grécia Antiga, como aponta a teórica política Hannah Arendt (2007, p. 41-42), a *vita activa* sobrepujou a vida íntima, porquanto a esfera de atuação política era considerada a atuação de maior valor do ser humano em sociedade. A esfera privada, isto é, a vida familiar e íntima do sujeito, era posta como mera necessidade a ser ultrapassada. Nesse âmbito,

os seres humanos viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências (...). O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; (...) a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar (ARENDR, 2007, p. 39-40).

A naturalização da domesticidade feminina se torna evidente nessa intensa separação entre aquilo que é livremente público e aquilo que é restringido à privacidade. Utilizo-me dos termos “livremente” e “restringido” de forma proposital, aludindo justamente ao caráter libertário atribuído ao público, e às restrições daqueles grupos que se concentram nas experiências da intimidade. Essa liberdade atrelada à vida social e pública é, também, herança da Grécia Antiga, que via na esfera da *polis* o acesso a liberdade do ser humano. Nas palavras de Arendt, o espaço caracterizado pela *polis* era o espaço

da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas [pública e privada] era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*. A política não podia, em circunstância alguma, ser apenas um meio de proteger a sociedade (...). A liberdade situa-se na esfera do social (ARENDR, 2007, p. 40).

As mulheres ocupando o espaço da não-liberdade, naturalizadas à submissão, encontram dificuldades no labor intelectual, dado que este exige a abstração, a racionalidade, a clareza de ideais, e todas as faculdades intelectuais negadas cultural e historicamente ao sujeito feminino e ao seu caráter privativo. O processo cognitivo e as

formas de busca do conhecimento humano foram construídas a partir de mecanismos determinados, sociais e políticos, isto é, públicos. A sensibilidade e a intuição, portanto, contrárias à razão e à experiência, foram atribuídas à forma feminina de conhecimento humano, sendo que estas mesmas formas foram subjugadas, principalmente, a partir do Iluminismo, como lembra a pesquisadora feminista Rachel Soihet (1997, p. 9). Ela ainda comenta que, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, as mulheres se constituem

no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza, atributo desse sexo, era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como uma prova de sua fealdade. O sentimento e a razão apresentam-se como suplementos da beleza. Para a maioria dos iluministas, era patente a menor possibilidade das mulheres de abstrair e de generalizar, ou seja, de pensar. Assim, o processo genético dos conhecimentos que conduz ao pensamento abstrato teria na mulher ficado congelado, completando-se o processo, apenas, nos varões. A mulher teria permanecido na etapa da imaginação. Não a imaginação que geneticamente contribui para o conhecimento, mas aquela enganosa que nos faz tomar os desejos por realidades, cujo excesso pode levar à loucura e, mesmo, à morte (SOIHET, 1997, p. 9).

Desta maneira, a epistemologia<sup>1</sup> começou a contar com o problema da não adequação do gênero feminino – não o relativo aos estereótipos, e sim o gênero de fato, vivido e experienciado. A adversidade se encontrava não somente na suposição da inadequação das mulheres ao conhecimento racional, universal e masculino, mas também na inferiorização da experiência íntima, familiar e intuitiva – experiências estas que a construção social dicotômica imputava exclusivamente a elas. De acordo com Luis Felipe Miguel (2004, p. 25-26), foi Simone de Beauvoir, com sua obra *O Segundo Sexo* (1949), quem inaugurou, de forma despretensiosa ou não, o que pode ser considerada como uma “epistemologia feminista”. O que caracteriza essa epistemologia é o estilo que consegue agrupar dados estatísticos, depoimentos, experiências vividas, ficção, intuição, etc., com o

---

<sup>1</sup> Epistemologia é um termo filosófico que, segundo Gustavo Castañon, em sua obra *Introdução à epistemologia* (2007, p. 6-7), possui como definição geral o estudo de métodos, de critérios, da história e do desempenho e/ou organização do conhecimento humano sistemático, seja ele especulativo (teologia e filosofia) ou científico. O autor ainda aponta para os diversos problemas em torno do conceito; problemas estes que não serão aqui discutidos.

propósito de se obter conhecimento acerca de determinado assunto, quando não sobre si mesmo. Muitas estudiosas argumentaram que a epistemologia feminista, assim como outras de grupos também marginalizados, abriria o leque de ponto de vista e compreensão do mundo social e de suas relações de poder.

Longe de reforçar a intelectualidade como um âmbito social que atesta certa dicotomia entre gêneros, a pesquisadora feminista Elizabeth S. Anderson (2015, não paginado) postula que a epistemologia feminista surge com o intuito de problematizar as supergeneralizações e ideias de universalidade difundidas pela ciência moderna e pela razão instrumental. Para a autora, o objetivo dessa epistemologia, independente das divergências entre suas vertentes<sup>2</sup>, seria examinar a influência dos papéis de gênero na noção de cognição do sujeito, bem como em suas percepções de conhecimento, isto é, da maneira como o conhecimento é em si produzido e justificado.

A literatura e a crítica literária, entendidas como uma teia em que se produz, reproduz e mantém determinados conhecimentos, são disciplinas intelectuais que têm como seus praticantes sujeitos contidos na esfera pública da vida (BEAUVOIR, 2009, p. 913). Disso, conclui-se o silenciamento das mulheres nessas práticas, dada toda a argumentação já exposta ao longo desta introdução. Essa obscurecida existência feminina intelectual gerou e gera até os dias de hoje, estudos que procuram investigar o real papel das mulheres ao longo da história literária. O estudo talvez pioneiro de Virgínia Woolf, intitulado *Um teto todo seu*, no qual a autora expõe a condição desigual de prática literária entre homens e mulheres no período elisabetano, chamou a atenção para a descoberta do valor feminino na literatura. Na obra em questão, a autora expõe que, por sua condição de submissa e inferior na sociedade, as mulheres não tinham condições para exercer uma vida literária, pelo menos não aquela análoga à do homem (WOOLF, 1990, p. 29). A racionalidade universalista também é criticada em seu texto, tópico que se desdobrará ao longo dos anos por todas as correntes feministas.

---

<sup>2</sup> Clarissa Galvão, em seu artigo intitulado *Contribuições da epistemologia feminista para uma crítica da ciência moderna* (2012), destaca a existência de pelo menos três vertentes da epistemologia feminista: o empirismo feminista; a perspectiva feminista e, por fim, o feminismo pós-moderno. A discussão sobre essas vertentes é extensa e não compreende o foco deste trabalho. Trato aqui apenas daquilo que todas possuem em comum.

É possível constatar, pois, que os feminismos começaram a se apresentar como forma de ação da mulher na sociedade, reivindicando não só a participação feminina nos campos mais habitados por homens, mas também a valorização daqueles outrora destinados somente às mulheres, e, conseqüentemente, inferiorizados. Rago afirma que

os feminismos criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade. Inventaram eticamente, ao defenderem outros lugares sociais para as mulheres e sua cultura, e operaram no sentido de renovar o imaginário político e cultural de nossa época, principalmente em relação aos feminismos do século XIX e do início do século XX (RAGO, 2013, p. 27).

Em consequência disso, o cânone literário masculino e as tradições do modo de produção literária são postas em cheque. Como lembra a escritora, ensaísta e crítica literária Heloísa Buarque de Hollanda (1990, p. 3), o cânone literário possui, em si, definições das “noções de gênero, de gosto e de temas para a produção literária. Este cânone é marcado pela exclusão das mulheres enquanto sujeito do discurso e pela adulteração na representação da experiência e história femininas”. É imprescindível para a luta feminista, então, a realização de um estudo que descortine a real experiência da mulher a partir de seus próprios escritos.

Dentro dessa perspectiva, a leitura de narrativas de si femininas é um mecanismo de redescoberta e reinvenção das mulheres na área da produção literária. O que se pretende discutir nas próximas seções deste estudo, é justamente como a leitura e a própria produção da escrita de si pode ser entendida como prática de renovação do relacionamento do sujeito múltiplo feminino consigo mesmo e com os outros ao seu redor (RAGO, 2013, p. 29-30). Aqui, visando uma discussão ampla sobre o tema, inicialmente será apresentada a tradição da autobiografia ligada ao ideário de criação do gênio masculino, bem como o seu contraponto, a escrita de si feminina como instrumento de luta social. Adiante, objetiva-se expor a questão específica da memória feminina e os artifícios de manipulação dessa mesma memória. Pretende-se, em resumo, expor a importância das práticas da escrita de si como ocupação feminina ativa nas áreas do conhecimento humano.

## A PRÁTICA AUTOBIOGRÁFICA: DA TRADIÇÃO À SUBVERSÃO

A autobiografia encontra como um de seus maiores estudiosos o acadêmico francês Philippe Lejeune. Precursor nesses estudos, Lejeune iniciou sua jornada com a obra *L'autobiographie en France* (1971), que não só lhe ofereceu reconhecimento pessoal, mas, acima de tudo, fez com que a autobiografia fosse reconhecida enquanto gênero literário. Na apresentação ao livro de coletâneas de textos de Lejeune, *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet* (2008, p. 7-10), Jovita Maria Gerheim Noronha lembra o quão polêmico foi o impulso do estudo sistemático das autobiografias empreendido pelo francês, posto que, tanto no meio literário quanto no meio acadêmico, os defensores da “alta cultura” sempre torceram o nariz para o estilo de escrita mais subjetivo.

Em *L'autobiographie en France*, o francês faz um esboço de sua definição de autobiografia e formula o conceito de “pacto autobiográfico”, a ser desdobrado mais tarde em obra homônima. Em artigo intitulado *Autobiografia e memória* (2017, p. 55-64), Noronha explica que, para Lejeune, a autobiografia seria “a narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”, e o pacto autobiográfico, a “afirmação, no texto, da identidade entre autor-narrador-personagem, remetendo em última instância ao nome do autor, escrito na capa do livro” (LEJEUNE *apud* NORONHA, 2017, p. 57). Noronha então conclui que, “o conceito de pacto autobiográfico permitiria assim distinguir a autobiografia das obras de ficção e, sobretudo, do romance autobiográfico” (NORONHA, 2017, p. 57).

O esforço em trazer a escrita autobiográfica para o campo da crítica literária foi um avanço no sentido de desconstrução da objetividade e dos valores universais – representados pelos romances – como superiores à subjetividade e experiências humanas (LEJEUNE, 2008, p. 42). Lejeune ainda afirma que o exercício autobiográfico era limitado, posto que somente as classes mais abastadas da sociedade tinham acesso a essa prática. Em suas palavras,

escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes. O ‘silêncio’ das outras classes parece totalmente natural: a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres (LEJEUNE, 2008, p. 113).

Durante muito tempo, a autobiografia enquanto prática literária também não fazia parte da cultura das mulheres, já que a elas era negado o direito à publicidade de seus escritos (SOIHET, 1997, p. 10). A escrita de si voltada ao lazer era comum aos hábitos femininos; porém, a publicação de suas produções era veementemente negada, seja pela falta de interesse na vida passiva na qual se enclausuravam, seja pela necessidade em se manter a ordem social que as impediam de reivindicar a agência de suas próprias subjetividades (BEAUVOIR, 2009, p. 906). Em detrimento disso, o primeiro estudo de Lejeune não considerava autobiografias que não as puramente clássicas e fechadas dentro de um ideário confessional, o que significa uma predominância masculina no gênero literário. O próprio autor volta às suas proposições, anos mais tarde, para reformulá-las, a fim de atestar o déficit da lista de autobiógrafos estudados. Para o autor, a definição primária de autobiografia “não é realmente objeto de nenhuma análise aprofundada, mas é utilizada, sobretudo, para constituir um *corpus* baseado em um modelo estritamente rousseauiano. O propósito é claramente normativo” (LEJEUNE, 2008, p. 71). Apesar desse primeiro estudo regulamentário, a propulsão de se traçar um mapa do espaço autobiográfico foi imprescindível para que, posteriormente, fossem vislumbrados os múltiplos casos de escrita de si.

Fato é que, em seu primeiro estudo, Lejeune se ocupou das autobiografias mais tradicionais<sup>3</sup> das quais temos conhecimento; abarcando as *Confissões* de Rousseau e as *Confissões* de Santo Agostinho, por exemplo, consegue-se perceber uma formação no caráter desses escritos. Michel Foucault, que também se propôs a estudar a escrita de si, fala sobre o

---

<sup>3</sup> É preciso lembrar, para que não haja injustiças, que em 1993 Lejeune criou a *Association pour L'Autobiographie et le Patrimoine Autobiographiques* (Associação para a Autobiografia e o Patrimônio Autobiográficos). Essa associação conserva mais de dois mil documentos dos quais quase a metade é resultado do trabalho de escrita das mulheres. Isso se dá pelo fato de abarcarem, para além da autobiografia normatizada, outras duas variedades de literatura pessoal que teve maior expressão feminina ao longo dos anos: o diário íntimo e a correspondência.

aspecto confessional dessas escritas autobiográficas (FOUCAULT, 2004, p. 144-145). Nessa concepção, há uma necessidade purificadora na prática autobiográfica, que procura encontrar uma verdade absoluta dentro do próprio ser. Conforme lembra Rago, nas autobiografias confessionais tradicionais, o indivíduo se empreende em uma investigação introspectiva e solitária de si mesmo utilizando-se da escrita, e tendo como finalidade o reencontro de “sua verdade essencial supostamente alojada no fundo da alma, na própria interioridade” (RAGO, 2013, p. 52).

A despeito disso, Foucault contesta essa maneira de individualização porque acredita ser o sujeito constituído no momento de suas ações e de suas experiências no mundo; logo, a subjetividade não preexiste aos acontecimentos. Jean-Paul Sartre<sup>4</sup>, em *Que é subjetividade?*, também via a subjetividade como forma de vida ativa de determinado indivíduo, justamente por ser este um indivíduo social. Ele ainda aponta que considera ser a subjetividade social a própria definição do conceito de subjetividade como um todo (SARTRE, 2015, p. 73).

De volta à Foucault, Rago comenta que os movimentos que levam à constituição de uma subjetividade são compreendidos pelo filósofo como sendo “modos de subjetivação”, e, assim, podem se apresentar múltiplos e variados. A partir disso, ele questiona quais possibilidades são capazes de forjar novos modos de existência, “construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo” (RAGO, 2013, p. 43). Utilizando-se do método de investigação da vivência humana na Antiguidade greco-romana, Foucault avalia a experiência de subjetivação dos antigos, atentando-se à forma com que se empenhavam na constituição de suas subjetividades, isto é, ao “trabalho” que empregavam em si mesmos. Como aponta o pesquisador André Constantino Yazbek (2007, p. 107), esse

---

<sup>4</sup> Poderia ser discutível uma aproximação entre Foucault e Sartre. Porém, não é de pretensão deste estudo tratar das problemáticas do humanismo – fato que certamente os distanciaria. Aqui, o elo de ligação entre os dois filósofos se dá quanto à questão da liberdade; liberdade do sujeito político e de sua própria subjetivação. No estudo de Guilherme Roman Borges, intitulado *Jean-Paul Sartre e Michel Foucault: do desencontro humanista à confluência da liberdade (engajamento e cuidado)* (2004), há uma interessante e mais aprofundada reconciliação entre os teóricos franceses.

viés teórico faz parte de toda a produção filosófica que Foucault empreende a partir dos anos 1980.

No texto *A escrita de si* (2004), Foucault analisa as técnicas de “trabalho de si” aplicadas pelos antigos; afirma que estes possuíam como princípio a repetição e o treino, a fim de desenvolverem “a arte de viver”. O filósofo acredita que

entre todas as formas tomadas por esse treino (e que comportava abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta do outro), a escrita - o fato de escrever para si e para outro - tenha desempenhado um papel considerável por muito tempo (FOUCAULT, 2004, p. 146).

Compreende-se, assim, que uma das maiores técnicas de subjetivação seria a da escrita, o que significa que a produção do discurso se encontra na base da formação dos próprios sujeitos e do meio em que vivem. Em outras palavras, “como elemento de treinamento de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etopoiética*: ela é a operadora da transformação da verdade em *êthos*” (FOUCAULT, 2004, p. 147). O autor comenta, pois, como a escrita, ou a elaboração dos pensamentos no papel, é transformativa; como ela constrói o momento, a personalidade, a verdade<sup>5</sup>.

Destarte, pode-se inferir que a escrita de si é uma prática da liberdade, pois permite com que o sujeito não se atenha a uma verdade absoluta e pré-concebida sobre seu eu. A partir dessa escrita, cria-se uma subjetividade particular, ligada às próprias experiências e afastada dos poderes de controle e manutenção de identidades normativas. Técnica da multiplicidade, esse tipo de escrita se difere totalmente do convencionalismo das confissões

---

<sup>5</sup> Utilizo-me do conceito de verdade tal qual proposto pela crítica pós-moderna; a verdade como sendo um discurso, possibilitando assim afirmar a existência de verdades plurais através de diversas formas de representação, e não apenas uma só verdade absoluta e arbitrária. Esse tema é abordado por Linda Hutcheon em *Poética do Pós-Modernismo: História, teoria, ficção* (1991). Em Foucault, o tema da verdade é complexo e demanda um estudo a parte, como o de Cesar Candiotto, *Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault* (2007). Fato é que as proposições do filósofo vão ao encontro à crítica pós-moderna, posto que também compreende a verdade como sendo “descontínua, não-universal, dispersa e que se produz como acontecimento” (CANDIOTTO, 2007, p. 204).

das autobiografias tradicionais, que apenas correspondiam à ordem regulamentar. Em outras palavras,

a ‘escrita de si’ é entendida como um cuidado de si e também como abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista reconstituir uma ética do eu. Portanto, (...) a ‘escrita de si’ dos antigos opõe-se à confissão, modo discursivo-coercitivo de relação com a verdade que se difunde desde o cristianismo e que se acentua na Modernidade (RAGO, 2013, p. 50).

A prática da escrita de si, por parte das mulheres, permite, portanto, uma reinvenção de suas subjetividades, libertas dos estereótipos e das expectativas sociais baseadas em métodos especulativos não ligados à verdadeira experiência individual feminina. Esse movimento evidencia uma das principais reivindicações de todos os feminismos: a mulher como agente principal de sua própria vida (BIROLI, 2004, p. 37). Sem entrar em discussões específicas sobre a escrita feminina – tema que emergiu nos debates da crítica feminista francesa nos anos 70 – a ressignificação de si, proporcionada pelo discurso autônomo e autobiográfico, é também a ressignificação do coletivo; não só das mulheres que compartilham, em níveis variados, as experiências das outras, mas também de homens que, a partir da agência feminina, são destituídos do poder de representação do Outro.

É preciso se atentar ao fato de que a representação dominante, isto é, a criação da identidade única Mulher, pode ocultar impulsos de verdadeira e pura subjetivação. Dito de outro modo, a mulher pode não subverter a índole confessional da autobiografia por ter sido nela introjetado o imaginário de uma “forma adequada de expressão feminina” (SOIHET, 1997, p. 29). Entende-se, pois, que nem todo texto autobiográfico feminino pode ser visto como uma escrita de si subjetivadora e subversora dos modelos tradicionais, podendo estar nele presente certa dimensão confessional e assujeitadora (RAGO, 2013, p. 54). De qualquer forma, a prática da escrita de si, mais especificamente aquelas que possuem compromisso com a subjetivação pura e real de si mesmo, se mostra como uma ferramenta política feminista, já que coloca a mulher no centro da própria experiência, ressignificando-a socialmente.

Ainda sobre a subjetivação contida na prática, Noronha postula que o exercício da escrita de si funciona

como um segundo nascimento, uma forma de vir de novo ao mundo pelas palavras, através da composição do mito pessoal. (...). Rememorar é organizar o empírico e dar-lhe o sentido e a coerência que não possuía, respondendo às necessidades do presente e do futuro, transformando o informe da vivência em experiência (NORONHA, 2017, p. 63).

Isto posto, abre-se a discussão acerca de um elemento imprescindível para a construção da subjetividade humana: a memória. Partindo-se do pressuposto de que a mulher teve em si introduzidas formas prévias de noção de si mesma – baseadas em instâncias políticas e religiosas, principalmente –, é necessário que se investigue os mecanismos feministas de resgate da memória feminina, com a finalidade de possibilitar, enfim, uma subjetivação plena e a inscrição ativa das mulheres na história mundial.

## A DILIGÊNCIA DA MEMÓRIA

Muitos estudiosos apontam para a importância da memória individual nas aquisições psíquicas e cognitivas dos seres humanos. Para que possamos construir nossa subjetividade e nossas relações pessoais, é imprescindível o movimento de acesso à própria memória; seu descobrimento, cuidado e empreendimento. Dentro dessa perspectiva, criou-se o conceito de *memória autobiográfica*. Noronha, ao efetuar uma leitura das obras da pesquisadora Pascale Piolino, postula ser a memória autobiográfica a representação do conhecimento mais essencial de si mesmo, “uma parte fundamental da memória humana, pois permite conservar e acessar os rastros mnemônicos do passado próprio a cada indivíduo” (NORONHA, 2017, p. 55). A memória autobiográfica é, portanto, de longo prazo, mostrando-se como o alicerce de uma estruturação da subjetividade, além de servir como base para as interações sociais e familiares. Assim, “ter uma memória autobiográfica funcional que dê coesão e coerência à identidade pessoal significa ao mesmo tempo ter

preservado os aspectos semânticos e ser capaz de reviver os episódios emocionalmente marcantes da vida pretérita (...)” (NORONHA, 2017, p. 56).

Para se ter acesso a essa memória é importante o trabalho de introspecção e auto-organização, facilitado pela construção do discurso – assim como Foucault já previra em sua análise dos princípios de cuidados de si empreendidos pelos antigos gregos e romanos (FOUCAULT, 2004, p. 146). Seguindo esse pensamento, o historiador Jacques Le Goff, no capítulo “Memórias”, de seu livro *História e Memória* (1990), recorre aos escritos do psicólogo, psiquiatra e neurologista francês Pierre Janet a fim de fazer dialogar com a memória, os fenômenos intrínsecos às ciências humanas e sociais. Le Goff afirma que, para Janet, o comportamento narrativo é o ato mnemônico medular do ser humano. Esse comportamento se apresenta fundamental por conta de sua função social, posto que seu objetivo final é a comunicação de uma informação, na ausência do acontecimento, a outrem (LE GOFF, 1990, p. 424-425).

O comportamento narrativo se dá tanto a nível oral, quanto escrito. Antes da invenção da escrita ou ainda em grupos que possuem primordialmente a cultura em modalidade oral, o acesso à memória individual se apresenta de forma diversa, fato que leva a memória coletiva a ser, igualmente, construída de uma maneira muito diferente da qual as sociedades baseadas na escrita estão acostumadas (LE GOFF, 1990, p. 431). De uma forma ou de outra, é fato que a memória individual não está dissociada da memória coletiva, isto é, uma compõe a outra em processo dialético. Conseqüentemente, a subjetividade criada a partir de um discurso que tem por base a memória pessoal, será fruto e construto de uma memória coletiva. O sociólogo Maurice Halbwachs explica o que se pode entender sobre memória coletiva:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que os outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

A partir disso, infere-se que em nós estão diversas outras memórias que não apenas aquelas que se prendem a qualidade de eventos particulares; existe a coletividade de nossa

idade, de nossa etnia, de nossa classe, país, etc. O gênero, como instância histórica e ideologicamente distintiva dos seres humanos, também faz parte dessa memória. Toda memória coletiva se torna acessível a nós, de maneira consciente, a partir da organização das narrativas históricas das quais obtemos conhecimento. Autores como os aqui já citados, Le Goff e Halbwachs, entendem a memória como fonte histórica, ainda que em suas descontinuidades e particularidades. Segundo Le Goff, “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49). À vista disso, entende-se que a história tradicional – aquela que considera apenas uma maneira de se fazer história, e não várias possíveis abordagens do passado – tem como elementos-fonte memórias exclusivamente masculinas. Sendo a memória construída e acessada através do discurso, e às mulheres negada a prática discursiva – por essa ser essencialmente racional e pública –, a memória coletiva feminina se perde, o que gera um silenciamento histórico do grupo. A prática da escrita de si, nesse contexto, é imprescindível, pois a memória elaborada em discurso pode se mostrar uma grande ferramenta de reconstrução de fatos históricos a partir de ressignificações pessoais (RAGO, 2013, p. 59).

O silenciamento da memória e, conseqüentemente, da história das mulheres, foi estudado ao longo da maioria das obras da historiadora francesa Michelle Perrot. De acordo com ela, em *Minha História das Mulheres*, a questão de uma história das mulheres

parece estranha. ‘Tudo é história’, dizia George Sand, como mais tarde Marguerite Yourcenar: ‘Tudo é história’. Por que as mulheres não pertenceriam à história? Tudo depende do sentido que se dê à palavra ‘história’. A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso (...). As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal (PERROT, 2007, p. 16).

A invisibilidade feminina nas narrativas históricas se deu, além de tudo, pelo seu escasso aparecimento na esfera pública da vida – a única que, durante muito tempo, encontrou relevância. Outro aspecto é o que Perrot chama de “silêncio das fontes”. Com o

acesso tardio à educação da escrita, e, ademais, a escrita apenas como fonte de lazer, a produção discursiva da mulher se perdeu; sua memória se calou. Nas palavras de Perrot,

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT, 2007, p. 17).

No intuito de recuperação da memória das mulheres, o acesso a escritos privados é básico, pois são eles que possibilitam o recuo a uma memória subjetiva de um grupo ideologicamente retirado da história, permitindo a mudança da imagem do passado e da agência no futuro (LE GOFF, 1990, p. 51). A prática da escrita de si enquanto lazer sempre foi permitida e encorajada às mulheres; entretanto, esses escritos raramente se tornavam públicos. Perrot (1989, p. 11) lembra que, no século XIX, as mulheres se expressaram de forma considerável através de arquivos privados, dos quais faziam parte anotações do cotidiano da casa, correspondências familiares e diários íntimos – estes últimos recomendados às moças solteiras como forma de controle e repressão de si, da mesma maneira com que Foucault postulava ser a finalidade da escrita subjetiva ligada ao cristianismo (FOUCAULT, 2004, p. 144-145).

Apesar da extensa produção de escritos íntimos, a destruição maciça dos mesmos fez com que a memória subjetiva da mulher fosse silenciada. Essa perda foi fruto de vários fatores, sendo o mais significativo a indiferença dada ao legado feminino atrelada à posição subalterna dos escritos desenvolvidos por mulheres (PERROT, 1989, p. 12). A destruição quase completa desses escritos muitas vezes era executada pelas próprias autoras, já que viviam sob os efeitos de um complexo de inferioridade incorporado ao inconsciente coletivo da sociedade. O complexo nada mais é do que o resultado de mecanismos históricos de opressão – que incluíam, inclusive, o arsenal linguístico. Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*, elucida de maneira mais clara essa questão, afirmando que é o opressor

quem cria o inferiorizado (2008, p. 90) e que é exatamente através do inconsciente coletivo<sup>6</sup> que um grupo subjugado adota os hábitos e crenças do grupo hegemônico (2008, p. 162). Nessa perspectiva, “as mulheres frequentemente apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa a ordem” (PERROT, 1989, p. 12).

Uma pequena parte conservada desses escritos serviu de grande valia aos primeiros estudos feministas que procuravam recuperar a história feminina visando a ressignificação do papel da mulher na sociedade. Fanon, ao analisar os processos de inferiorização do negro durante a colonização, aponta para a importância da identificação. Ele explica que, ao identificar-se com algo, o sujeito procura interiorizar aquilo e, a partir disso, criar a sua própria subjetividade (2008, p. 130). O problema é que ao subjugar determinados grupos, estes ficam impossibilitados de se autorrepresentarem, fato que gera uma disfunção na identificação; o inconsciente coletivo é, então, penetrado pelo complexo de inferioridade, reforçando as relações de poder na sociedade (2008, p. 132). Na realidade das mulheres, o mecanismo é análogo. A autorrepresentação é dificultada pela dominação masculina em todos os campos do conhecimento, o que ocasiona um desinteresse na singularidade feminina e uma maior atenção à identidade Mulher, “entidade coletiva e abstrata à qual atribuem-se caracteres de convenção” (PERROT, 1989, p. 11). Em consequência disso, a identificação é problemática e exige um trabalho maior de subversão.

Nesse contexto, a escrita de si aparece como método de reconstrução subjetiva da mulher, oferecendo singularidades de experiências múltiplas que fogem dos padrões normatizados e descolados da *práxis vital*. Discursos que subjetivam de maneira diversa as mulheres, tornam possível o entendimento da pluralidade histórica e da memória, atestando a temporalidade de quem discursa, bem como sua dimensão social (RAGO, 2013, p. 56). Para isso, a narrativa de si deve recorrer a uma memória autobiográfica de experiências como um todo, dissolvendo a dicotomia público/privado e os estereótipos de gênero –

---

<sup>6</sup> É necessário apontar que o inconsciente coletivo discutido aqui difere-se do inconsciente coletivo proposto por Carl Jung em *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* (1934). Na condição de psiquiatra e filósofo, Fanon permitiu-se redefinir o conceito, deixando de lado a noção de herança cerebral baseada nos genes, propondo ser o inconsciente coletivo basicamente o “conjunto dos preconceitos, mitos e atitudes coletivas de um grupo determinado” (FANON, 2008, p. 159).

artifícios certamente difíceis de serem superados por ser, em si, a memória da mulher uma instância de difícil acesso. Perrot comenta a dificuldade da subjetivação, afirmando que “dizer ‘eu’ não é fácil para as mulheres, a quem toda uma educação inculcou a conveniência do esquecimento de si mesma” (1989, p. 17). A autora ainda declara que é importante definir os termos em que se trata de memória feminina; isto é, apenas existe uma especificidade dessa memória

na medida em que as práticas socioculturais em ação na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento do relato – então imbricadas com as relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produtos de uma história. Forma de relação com o tempo e o espaço, a memória, assim como a existência de que ela é o prolongamento, é profundamente sexuada (PERROT, 1989, p. 18).

Com isso, entende-se que apenas com a voz da própria mulher, declarando experiências subjetivas e transgressoras do lugar-comum em que se encontram as identidades normatizadas dos gêneros, é que se consegue construir uma memória coletiva essencialmente feminina, haja vista exista, pressuposto no conceito de memória, a sexualização. É necessário, pois, que se debata brevemente sobre os procedimentos empreendidos historicamente em prol da manipulação da memória da mulher, com discursos que procuravam apenas manter a identidade única Mulher em perspectiva. Consequentemente, surge a questão do lugar de fala e, finalmente, a possibilidade trazida pela escrita de si de uma concreta autorrepresentação.

## MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA E LUGAR DE FALA

Os estudos feministas avançam trazendo para si conceitos de outras áreas do conhecimento a fim de ampliarem o entendimento sobre os mecanismos de manutenção das relações de poder nas sociedades contemporâneas. Atualmente, alguns termos da psicanálise, por exemplo, foram incorporados pela crítica para que se tenha uma linguagem mais sistemática dos problemas de gênero. Um desses termos, o qual ajusta-se ao tema da memória feminina, é o *gaslighting*, expressão retirada do filme *Gaslight* (1944), dirigido por George Cukor, e que se refere a uma manipulação psicológica que pretende alterar a

percepção e a memória de determinado indivíduo, como postulam os psicanalistas Calef & Weinshel, em artigo intitulado *Some clinical consequences of introjection: gaslighting* (1981, p. 64).

De acordo com a psicóloga Hilde Lindemann Nelson, em *Damaged identities, narrative repair* (2001, p. 32), o sujeito que está sob manipulação, isto é, a vítima de *gaslighting*, começa a desconfiar de suas próprias experiências e faculdades mentais, atribuindo maior legitimidade ao discurso do manipulador. As mulheres, devido a todo processo histórico de subjugação ao qual se encontram submetidas, se mostram como grandes atrativos para os praticantes de *gaslighting*, que, nesses casos são, em sua grande maioria, homens. Nelson comenta que, sendo a mulher vítima de opressão, talvez nunca se veja como alguém plenamente capaz de suas competências, posto que

aqueles que estão em autoridade provavelmente sempre a terão tratado como se ela estivesse moralmente deficiente, o que significa que a condição de competência normativa nunca foi totalmente atendida (NELSON, 2001, p. 32, nossa tradução<sup>7</sup>).

Assim, a mulher aceita a condição de ser aquela que não possui controle sobre sua própria percepção dos fatos e, conseqüentemente, de sua memória individual.

O principal motivo de recorrência de *gaslighting* é o fato de o sujeito que se encontra em dominância exercer um poder mental tão grande sobre o dominado, que este aprova sua suposta não competência a fim de ser aceito pelo outro. Há, portanto, um silenciamento, resultado da suposição de que a parte privilegiada é assim justamente por ter consigo a razão. Nas palavras da psicanalista Robin Stern,

aqueles de nós mais propensos a sofrerem *gaslighting* parecem ter algo em comum. Por mais inteligentes ou competentes que sejamos, sentimos uma necessidade urgente de obter a aprovação do *gaslighter*, que é uma figura idealizada por nós. Sem essa aprovação, sentimo-nos incapazes de nos ver como as pessoas boas, competentes e adoráveis que tanto almejamos ser. Precisando da valorização de nosso *gaslighter*, nos aterrorizamos com a sensação de nos sentirmos apartados deles em qualquer sentido. Por isso, ficamos nervosos ao enxergar as coisas de

---

<sup>7</sup> “Those in authority are likely always to have treated her as if she were morally deficient, and this means the normative competence condition was never fully met” (NELSON, 2001, p. 32).

forma adversa ou possuímos preferências que são diferentes daquelas das pessoas que amamos (STERN, 2007, p. 33, nossa tradução<sup>8</sup>).

Em um nível discursivo, a figura masculina, dada sua histórica hegemonia sobre a figura feminina, impõe-se como *gaslighter* por ter sua memória preservada e tida como única e universal, tal como fora exposto ao longo deste estudo. A memória feminina, portanto, não fora simplesmente silenciada e excluída da história comum, mas através de complexos processos sofreu grande manipulação discursiva, fazendo com que as mulheres desconfiassem de suas próprias experiências (SOIHET, 1997, p. 10).

É de comum acordo entre as estudiosas feministas que os homens falaram muito sobre as mulheres ao longo dos séculos, principalmente reforçando estereótipos sempre em total desacordo com a real experiência das singularidades das mesmas (PERROT, 2007, p. 22). Isso ocorria porque às mulheres era negada a possibilidade de formular um discurso coeso, dotado de respeitabilidade por parte dos outros membros da sociedade. Em suma, às mulheres era negado, simbolicamente, seu lugar de fala, posto que se encontravam sob efeitos de *gaslighting*. De acordo com Vera Regina Veiga França, o lugar de fala é o “lugar de expressão de um determinado grupo social, lugar onde este aparece e se coloca enquanto sujeito” (FRANÇA, 2001, p. 6). Impedindo a possibilidade de agência ao próprio grupo do qual se pretende falar, manipula-se o discurso com a finalidade de manter a conjuntura normativa.

Diante desse cenário, a representação da mulher é antes dada pelo olhar do homem. A atenção que filósofos, escritores, historiadores – e outros tantos homens que constroem discursos públicos – dão à figura da mulher é sempre guiada por estereótipos e generalizações. Para Perrot,

a prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos

---

<sup>8</sup> “Those of us who are prone to being gaslighted seem to have one thing in common. No matter how strong, smart, or competent we are. We feel an urgent need to win the approval of the gaslighter whom we have idealized. Without that approval, we feel unable to see ourselves as the good, capable, and lovable people we so desperately want to be. Needing our gaslighters’ validation, we are terrified to feel divided from them in any way. So it makes us nervous to see things differently from our loved ones or to have preferences that are different from theirs” (STERN, 2007, p. 33).

ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas (PERROT, 2007, p. 17).

Entende-se, pois, que a representação da mulher por parte do discurso masculino, nada mais é do que a própria representação masculina de mundo; sua narrativa nada tem a ver com as mulheres de fato, e sim com eles mesmos. Por consequência disso é que se pode inferir a manipulação da memória feminina a nível discursivo: na prática, essa memória não existe. Apenas existe quando é concedido o lugar de fala a quem lhe é de direito, levando em consideração, sem pré-julgamentos, cada experiência vivida. Isso não significa que aquele que não é mulher jamais poderá falar sobre questões a elas pertinentes; somente atenta-nos para o fato ideológico que compõe todo e qualquer texto.

É válido lembrar que durante a luta dos movimentos feministas para o reconhecimento da legitimidade do discurso da mulher, a resposta masculina foi hostil, procurando de qualquer forma reestabelecer o *status quo*. Conforme afirma Soihet em uma análise acerca da conjuntura literária da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, inicialmente

eram as escritoras alvo de forte maledicência, atribuída ao comportamento escandaloso ou devido à presença do erotismo na obra de algumas autoras. Igualmente, sofreram os efeitos das rivalidades dos seus companheiros de ofício masculinos, infensos a dividirem com as invasoras o espaço que consideravam exclusivamente seu (SOIHET, 1997, 26).

Após a entrada das mulheres no mundo literário de maneira mais efusiva no final do século XIX, as críticas se voltaram a não mais condenar a subversão da prática da escrita das mulheres, e sim a rebaixá-las em comparação às produções masculinas. Nas palavras de Soihet, “críticos literários e historiadores da literatura empenhavam-se em manter as escritoras na esfera sentimental, tecendo comentários sobre a graça, a pureza e a sensibilidade presentes em sua obra” (SOIHET, 1997, 26).

Conclui-se, diante dos argumentos apresentados, que para ouvir efetivamente a voz das mulheres e de sua história, é necessário que se recorra a obras de autoria feminina, em um processo de investigação dessas variadas subjetividades. As escritas de si, baseadas em

experiências de vida, apresentam-se como um arsenal de informações que possibilitam a emancipação feminina, ainda em processo nos dias atuais. É preciso, portanto, ler mulheres; se conseguem escrever sobre si mesmas a ponto de atingirem uma ressignificação social, é porque finalmente enxergam-se interiormente como sujeitos ativos e completamente conscientes de si. Disso resulta um maior movimento e estímulo de novas narrativas, novas subjetivações, novas conscientizações e agências femininas. Lembrando a ideia de reciprocidade contida no conceito de pacto autobiográfico proposto e revisado por Lejeune (2008, p. 73-73), pode-se compreender que o próprio leitor – e, especialmente, leitora –, diante de um contato com uma narrativa de si feminina, reconsidere o seu próprio significado em sociedade. Mediante a leitura, o convite é feito: estaria quem lê pronto a fazer a mesma coisa?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se ao longo deste estudo, debater sobre a prática da escrita de si, por parte das mulheres, enquanto construção discursiva feminista. Inicialmente, foram expostas as dificuldades em considerar a mulher enquanto ser social e intelectual, para então ser apresentado o conceito de epistemologia feminista, entendido como um saber feminino, uma reivindicação das formas de conhecimento adquirido e produzido pelas mulheres. Esse novo caminho, que vai contra toda uma cultura positivista e androcêntrica, possibilita uma reconfiguração social que abarca as mais diversas experiências e vivências humanas. Dentro desse contexto, o exercício da escrita de si é imprescindível enquanto atividade política e social.

Logo após essas considerações, apontou-se a tradição autobiográfica de caráter confessional, que procurava fazer com que o indivíduo entrasse em um processo de introspecção visando localizar dentro de si verdades já determinadas. Em contraponto, indicou-se a existência de uma possibilidade discursiva que subverta os padrões sociais baseados em valores supostamente universais: a escrita de si enquanto método de ressignificação do eu. Através da narrativa de experiências singulares, abre-se a possibilidade de novas subjetivações, desta vez múltiplas e variadas. Em vista disso, as mulheres das quais

se utilizam dessa prática discursiva compreendem-se fora dos estereótipos intrínsecos à identidade Mulher.

Entretanto, para que se possa narrar as próprias experiências a fim de subjetivar-se a si mesmo e modificar as relações sociais, é necessário que se recorra à memória, tanto subjetiva, quanto coletiva – posto que, como foi exposto, são interdependentes. O problema apontado foi que, no caso do acesso às memórias das mulheres, a dificuldade se dá pelo silenciamento das fontes e a ausência feminina nas narrativas históricas. Ou seja, às mulheres era negado a possibilidade de produção de escritos que organizassem e conservassem suas memórias individuais, e, ao mesmo tempo, nos textos históricos utilizados para a busca referencial de uma memória coletiva, as mulheres quase nunca apareciam. Isso ocorria pelo fato de os discursos históricos serem, justamente por conta da negação da construção discursiva feminina, articulados por homens, respeitando a interesses dos mesmos. Novamente, a prática da escrita de si feminina se mostra significativa enquanto ferramenta política feminista, uma vez que articula uma memória individual a uma memória coletiva que sempre sobreviveu à margem do discurso histórico hegemônico.

Discutiu-se ainda acerca dos mecanismos de manipulação da memória da mulher, fato que dificulta a agência feminina em qualquer espaço, principalmente o intelectual. Trazendo ao texto o termo *gaslighting*, altamente difundido nos círculos feministas atuais, objetivou-se expandir a crítica para além do espaço das relações mais íntimas, com a finalidade de atualizar e revelar as relações de poder nas produções discursivas históricas, literárias e acadêmicas. Entende-se que a prática do *gaslighting* possui muitas facetas. Stern (2007, p. 31) afirma que o ato de fazer o outro lembrar de seus piores medos, ameaçar deixá-lo em situação de completo abandono e usar as ideias dele contra ele mesmo, são outras formas de expressão do *gaslighting*. Entretanto, a necessidade de fazer com que o outro duvide de suas próprias experiências, de sua memória e de sua história, é, sem dúvidas, a maneira mais evidente e comum de manifestação desse instrumento de autoridade. Dessa forma, procurou-se expor que o *gaslighting* não é somente uma arma íntima, mas também coletiva, seguindo a lógica de transposição das barreiras entre aquilo que é privado e aquilo que é público.

Por fim, o lugar de fala da mulher ganha destaque, proporcionando uma análise que conclua que a verdadeira memória feminina só pode ser acessada a partir de práticas de escrita subjetiva das próprias mulheres. As representações masculinas sobre elas, por mais que se pretendam verossímeis, desconsideram as singularidades da experiência feminina. A verdade presente na narrativa da mulher ao elaborar um discurso que subjetiva a si mesma é uma peça fundamental na emancipação feminina. Não a verdade pragmática, que se pretende única e que vê na linguagem apenas um veículo comunicacional, como lembra Seligmann-Silva (2013, 14-15), mas sim a verdade tal qual Foucault evocara através do termo antigo *parresía*, que nada mais é do que falar francamente, possuir liberdade de palavra, sem medo das amarras sociais (FOUCAULT, 2010, p. 42). Assim, é possível reconhecer que ao tomar a palavra para si e desconstruir estereótipos de gênero através de uma escrita subjetiva e baseada na vivência distinta, a mulher finalmente consegue encarar-se como um verdadeiro eu.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Elizabeth S. Feminist Epistemology and Philosophy of Science. *In: Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Palo Alto, CA.: Stanford University, 2015. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada: a polis e a família. *In: \_\_\_\_\_*. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 37-47.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. *In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe*. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 31-46.
- BORGES, Guilherme Roman. Jean-Paul Sartre e Michel Foucault: do desencontro humanista à confluência da liberdade (engajamento e cuidado). *In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 99. São Paulo: USP, 2004, p. 483-502. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67634>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BUTLER, Judith. An Account of Oneself. *In: \_\_\_\_\_*. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University, 2005, p. 3-40.
- CALEF, Victor; WEINSHEL, Edward M. Some clinical consequences of introjection: gaslighting. *In: The psychoanalytic quarterly*, v. 50. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1981, p. 44-66. Disponível

em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21674086.1981.11926942>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CANDIOTTO, Cesar. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. *In: Kriterion*, n. 115. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 203-217. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v48n115/a1248115.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

CASTAÑON, Gustavo. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: EPU, 2007. Disponível em: <[http://joinville.ifsc.edu.br/~joyce.shimura/M%C3%93DULO%20VIII/Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_a\\_Epistemologia-Gustavo-Casta%20n\\_2007\\_SP\\_EPU.pdf](http://joinville.ifsc.edu.br/~joyce.shimura/M%C3%93DULO%20VIII/Introdu%C3%A7%C3%A3o_a_Epistemologia-Gustavo-Casta%20n_2007_SP_EPU.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 144-162.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. *In: Intertexto*, v. 2, n. 7. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 1-10. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3392>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GALVÃO, Clarissa. **Contribuições da epistemologia feminista para uma crítica da ciência moderna**. 2012. Disponível em: <<https://quecazzo.blogspot.com.br/2012/04/contribuicoes-da-epistemologia.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. *In: A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003, p. 29-70.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil**: uma primeira abordagem. 1990. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/os-estudos-sobre-mulher-e-literatura-no-brasil-uma-primeira-abordagem-9/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In: História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 423-484.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico, 25 anos depois. *In: LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico*: de Rousseau a Internet. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 70-85.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 17-30.

NELSON, Hilde Lindemann. **Damaged identities, narrative repair**. Ithaca: Cornell University, 2001.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Apresentação. *In*: LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau a Internet. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 7-10.

\_\_\_\_\_. Autobiografia e memória. *In*: GONZÁLEZ, Elena Palmero; COSER, Stelamaris. **Em torno da memória**: conceitos e relações. Porto Alegre: Letra1, 2017, p. 55-64.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Práticas da memória feminina. *In*: **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, 1989, p. 09-18.

RAGO, Margareth. Introdução: balizas. *In*: \_\_\_\_\_. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013, p. 23-59.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é a subjetividade?** Tradução Estela dos Santos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Viver no feminismo: uma mais sete histórias de vida. *In*: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013, p. 13- 21.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *In*: **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1. Florianópolis: UFSC, 1997, p. 7-33. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

STERN, Robin. **The gaslight effect**: how to spot and survive the hidden manipulations other people use to control your life. New York: Morgan Road Books, 2007.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1990.

YAZBEK, André Constantino. A leitura da Antiguidade clássica por Michel Foucault. *In*: **Hypnos**, n. 19. São Paulo, 2007, p. 106-115. Disponível em: <<http://www.hypnos.org.br/revista/index.php/hypnos/article/view/452>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

*Recebido em 13 de Setembro de 2018*

*Aceito em 21 de Dezembro de 2018*